

# INFORME

24 a 28 de maio de 2021

## Fecomércio MG

### Plano Recomeça Minas se torna lei estadual, com contribuições da Fecomércio MG



Reprodução

Incentivar a recuperação da economia mineira, o reaquecimento das vendas e a recontratação de empregados pós-pandemia. Com essas propostas, o governo do estado sancionou, na sexta-feira passada (21/05), o Recomeça Minas. O plano, transformado na Lei Estadual nº 23.801/2021, contemplou uma série de sugestões de deputados estaduais e da sociedade, recolhidas durante 16 encontros regionais com líderes de entidades representativas, como a Fecomércio MG.

A Fecomércio MG participou de uma das audiências públicas, representada pelo diretor José Mário Rodrigues, e enviou uma nota técnica favorável à



**Fecomércio MG**  
Sesc | Senac

**proposta**, com sugestões à iniciativa. O documento – entregue ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Agostinho Patrus (PV), e outros deputados estaduais – reuniu sugestões para melhoria das questões tributárias, de auxílio financeiro e acesso ao crédito e de funcionamento das empresas.

O Projeto de Lei (PL) 2.442/2021, que instituiu o Recomeça Minas, foi aprovado de forma unânime pela ALMG e sancionado sem vetos pelo governador Romeu Zema (Novo). Assim, foram mantidos os trechos sobre o parcelamento do ICMS no estado. A proposta contou com sugestões do Colégio de Representantes dos Contribuintes Mineiros, grupo do qual a Fecomércio MG faz parte.

#### Cartilha orientativa

Parte dos benefícios previstos nesta lei ainda precisam ser regulamentados por decretos estaduais. Para esclarecer as hipóteses de pagamento de débitos do ICMS, o Departamento Jurídico da Federação produziu uma cartilha no formato perguntas e respostas.

Em nosso site, você confere as [principais medidas](#) do plano e pode baixar a [cartilha](#) “Parcelamento do ICMS”.

### Fecomércio MG e Senac em Minas se reúnem com secretária de Estado de Desenvolvimento Social,

**Elizabeth Jucá**

Agência Minas



Tarcísio de Paula/Sesc

Apresentar as ações do projeto Recomeço, do governo de Minas, e solicitar apoio do Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac à iniciativa. Com esse intuito, a secretária de Estado de Desenvolvimento Social, Elizabeth Jucá, participou nessa segunda-feira (24/05) de uma reunião online com a presidente interina da Federação, Maria Luiza Maia Oliveira, e outros membros da Fecomércio MG e do Senac em Minas.

A secretária destacou a relevância do projeto durante a pandemia de Covid-19. Segundo Elizabeth, a iniciativa nasceu para minimizar o empobrecimento da população após o fim do auxílio emergencial, no fim de 2020. Na ocasião, um estudo interno mostrou que o número de famílias abaixo da linha da pobreza poderia crescer até 40% no estado.

Dante desse cenário, a secretária pediu apoio do Sistema para auxiliar em ações de capacitação e reinserção profissional. Além de um amplo portfólio de cursos e eventos, o Sistema une empregadores do comércio de bens e serviços a quem precisa trabalhar, por meio do Rede de Carreiras. Elizabeth também solicitou suporte em ações específicas para o setor de turismo. Além da presidente interina do Sistema, participaram da reunião a assessora administrativa da Fecomércio MG, Kelly Figueiredo; o consultor jurídico tributário e legislativo da Federação, Marcelo Morais; e coordenador da área de Estudos Econômicos da entidade, Guilherme Almeida. O superintendente de Negócios e Relacionamento, Fábio Sousa, representou o Senac no encontro.

# INFORME

24 a 28 de maio de 2021

## Fecomércio MG

### CNC faz balanço de ações sobre a Lei nº 14.151/2021 para membros das Federações do Comércio

A Fecomércio MG participou, nessa quarta-feira (26/05), de uma reunião on-line da Rede Nacional de Assessorias Legislativas (Renalegis), sistema vinculado à CNC, Sesc e Senac. Na oportunidade, representantes da Confederação ressaltaram as ações da entidade em relação à Lei nº 14.151/2021. A norma determina que a empregada afastada ficará à disposição para exercer as atividades em seu domicílio, por meio de alguma forma de trabalho a distância.

A CNC destacou que acompanha o tema desde a votação no Congresso. Por esse motivo, encaminhou um ofício ao presidente da República destacando eventuais problemas da sanção do então Projeto de Lei nº 3.932/2020. Após a publicação da norma, a entidade realizou novas ações junto ao governo federal. À Confederação, o Poder Executivo anunciou avaliar as medidas mais adequadas para o problema, como a possibilidade de afastar a empregada grávida pelo INSS.

Na semana passada, a Fecomércio MG solicitou à CNC que atue junto aos Poderes Executivo e Legislativo federais para regulamentar um auxílio específico para subsidiar a remuneração das gestantes afastadas do trabalho presencial por força da Lei nº 14.151/2021. [Em](#)

[resposta à Federação](#), o presidente da CNC, José Roberto Tadros, informou que a Divisão Sindical da Confederação vem analisando o tema para elaborar eventuais apontamentos de constitucionalidade da lei.

A reunião da Renalegis contou com membros das Federações de todo o país. O diretor José Mário Rodrigues representou a Fecomércio MG, que também teve a presença do consultor jurídico tributário e legislativo da entidade, Marcelo Morais.

**Entenda os pontos da lei a serem observados em [nossa portal](#).**

Banco de imagens



### Projeto de lei com benefícios tributários ao comércio é alvo de ação da CNC e da Federação

A Fecomércio MG encaminhou, nesta semana, uma nota técnica aos deputados mineiros da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. O material, elaborado pela CNC, é favorável ao Projeto de Lei (PLP) 05/2021, do deputado Efraim Filho (DEM/PB). A proposta visa alterar a Lei Complementar nº 160/2017, permitindo a prorrogação de benefícios tributários do setor do comércio.

A nota técnica também representa a posição da Fecomércio MG em relação ao PLP 05/2021. O projeto permite postergar, por até 15 anos, as isenções, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao ICMS voltados à manutenção ou ao

incremento das atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria.

Ao solicitar apoio para a aprovação do projeto de lei, a Federação ressaltou que a medida está em consonância com os princípios constitucionais da igualdade e da capacidade contributiva. A medida coloca o comércio, uma das principais fontes de emprego e renda do país, em condições semelhantes à agropecuária e à indústria, já beneficiados com medidas de fomento econômico.

Leia, na íntegra, a [nota técnica](#) favorável ao PLP 05/2021.

### Federação solicita à CNC apoio na busca por soluções para combater a concorrência desleal com o mercado externo



relação ao custo. Com esse intuito, a Fecomércio MG solicitou ao presidente da CNC, José Roberto Tadros, apoio na busca por soluções, junto aos Poderes Executivo e Legislativo federais, para combater a concorrência desleal.

Embora a legislação brasileira já disponha sobre a questão, a Fecomércio MG lembra que a fiscalização, normalmente, foca nas grandes operações. Assim, deixa com que as pequenas compras entrem no país sem qualquer controle, inclusive no que diz respeito ao recolhimento de tributos federais e estaduais. Esse cenário, somado à pandemia, agrava a concorrência com esses agentes.

Confira, na íntegra, o [ofício enviado à CNC](#).

Proteger o mercado interno das compras realizadas pelos consumidores mineiros diretamente de empresas sediadas em outros países, com preços inferiores, inclusive em

# INFORME

24 a 28 de maio de 2021

## Fecomércio MG

### Federação busca o apoio do deputado federal Diego Andrade para solucionar problemas relacionados ao Difal-ICMS



Em diálogo com o deputado federal Diego Andrade (PSD/MG), a Fecomércio MG tem trabalhado em questões relacionadas ao chamado Diferencial de Alíquota do ICMS (Difal-ICMS). A entidade apresentou o problema ao parlamentar, a fim de alinhar possíveis ações que modifiquem a legislação de regência.

Para elucidar essas questões ao deputado, líder da maioria no Congresso Nacional, a Federação encaminhou duas minutas de projetos de lei a fim de subsidiá-lo na construção de soluções para o enfrentamento do problema. A entidade destaca que as ações são indispensáveis para melhorar a situação os contribuintes.

Segundo a entidade, o recolhimento do ICMS no Simples Nacional possui como base de cálculo o faturamento da empresa. Além disso, representa um caso de bitributação, quando o imposto é recolhido duas vezes, sem permissão para aproveitar seus créditos. Assim, micros e pequenas empresas (MPEs) recolhem mais tributos do que as empresas que optam pelo sistema débito/crédito.

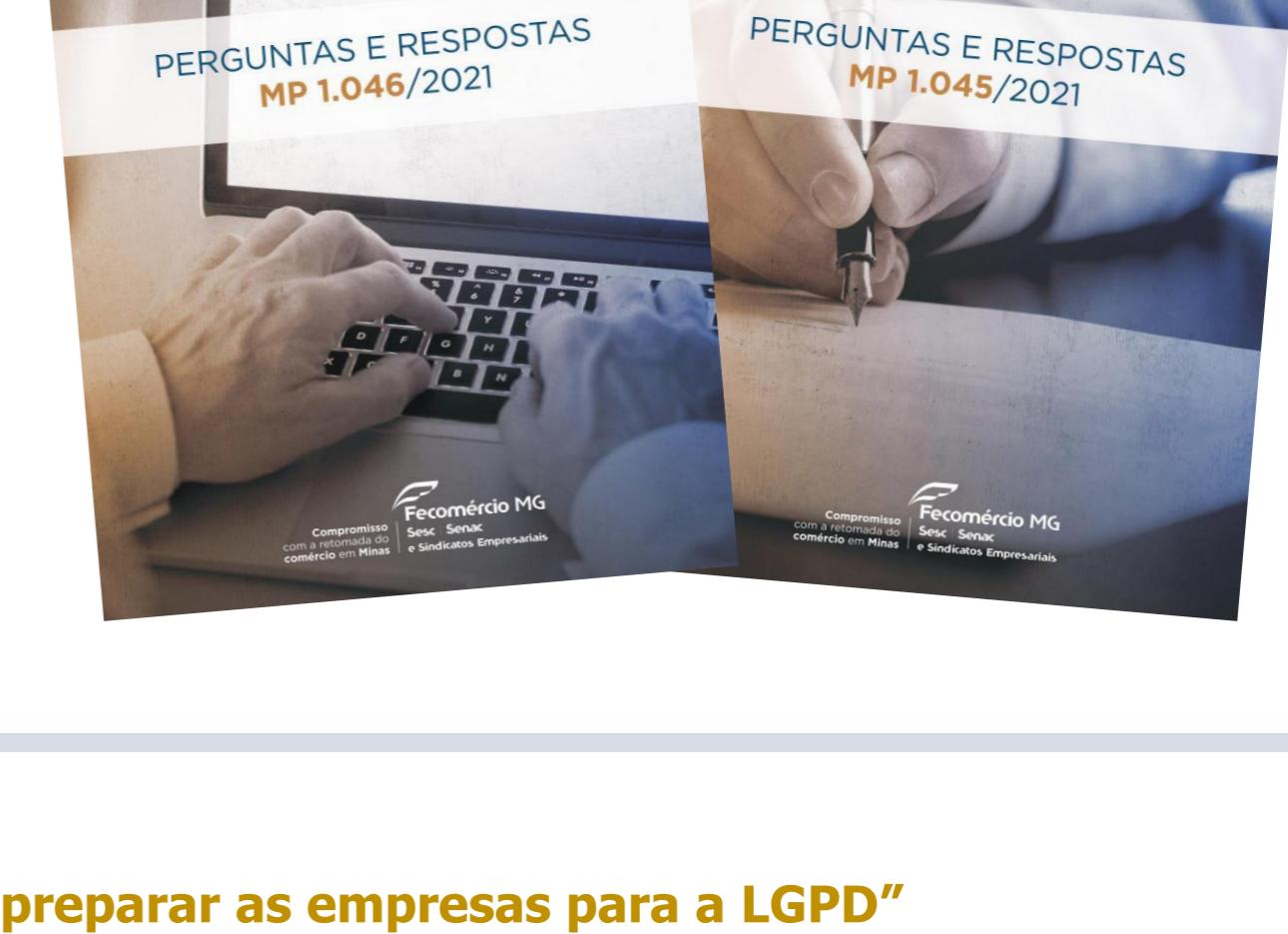
### Cartilhas da Fecomércio MG sobre MPs nº 1.045/2021 e 1.046/2021 recebem reconhecimento de entidades e imprensa

Como representante do comércio de bens, serviços e turismo do estado, a Fecomércio MG tem como um dos seus papéis orientar os empresários em relação às medidas trabalhistas que afetam diretamente o setor. A qualidade deste trabalho informativo foi reconhecida recentemente pela **Associação Mineira de Supermercados (Amis)**, que solicitou à Fecomércio MG autorização para publicar as cartilhas orientativas sobre as MPs nº 1.045/2021 e 1.046/2021.

Além da Amis, outras entidades e veículos de comunicação reconheceram as duas publicações. Enquanto a **CNC** replicou o conteúdo em suas [redes sociais](#), alguns sites especializados em direito também divulgaram os conteúdos em suas páginas, como os portais Jus

Navigandi e Jornal Jurid.

**Leia as cartilhas e conheça os detalhes da [MPs nº 1.045/2021 e nº 1.046/2021](#).**



### Fecomércio MG lança cartilha "Como preparar as empresas para a LGPD"



Banco de imagens

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) se torna obrigatória a partir do dia 1º de agosto deste ano. A norma visa garantir direitos individuais, conferir mais transparência por parte de empresas públicas e privadas, além de

assegurar mais previsibilidade jurídica. Para ajudar na adaptação, a Fecomércio MG e Sindicatos Empresariais lançam a cartilha "Como preparar as empresas para a LGPD".

O material aborda os principais pontos da LGPD, como sua aplicação, tratamento de dados, boas práticas e direitos do titular dos dados pessoais. Embora sirva de guia para os negócios, especialmente para aqueles enquadrados no comércio de bens, serviços e turismo, esta cartilha deve ser interpretada de acordo com a realidade de cada estabelecimento.

Sindicato, ajude a divulgar este material entre os seus representantes. [Baixe a cartilha e compartilhe!](#)

# INFORME

24 a 28 de maio de 2021

## Fecomércio MG

### Parceria entre Fecomércio MG e Sebrae Minas une dois projetos de sucesso dessas entidades

A Fecomércio MG e o Sebrae Minas firmaram uma parceria para proporcionar novas oportunidades às empreendedoras mineiras. A iniciativa, que une dois carros-chefes dessas entidades, os projetos “Fecomércio em Conexão” e “Sebrae Delas”, visa oferecer diversas atividades gratuitas de capacitação profissional, que serão desdobradas em palestras, workshops e treinamentos.

A parceria atenderá às necessidades do público feminino à frente de micros e pequenas empresas (MPEs) afetadas financeiramente pela pandemia de Covid-19. O objetivo da ação é democratizar o acesso ao conhecimento e compartilhar experiências femininas de gestão, proporcionando mais competitividade aos negócios, além de desenvolvimento sustentável.

Cada um dos quatro dias de atividades on-line, organizadas entre os dias 14 e 17 de junho, será dedicado a um dos seguintes eixos, a serem realizados nesta ordem: **abertura, Dia do Meu Negócio, Dia das Soluções Financeiras e Dia do Marketing**. O evento terá a presença de especialistas renomados e parceiros da

Federação, como Unimed-BH, BDMG, Creditas, Brasil na Web, Coevo e Gooders.

Confira a programação completa [no link](#). Em breve, mais informações em nossos canais de comunicação.

Reprodução

